



**Estratégia**  
Concursos

**19° SIMULADO**

**TJRJ**

**TÉCNICO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA**

**PÓS-EDITAL**

# Simulado Especial

## 19º Simulado TJ-RJ

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/Simulado-TJRJ-Técnico-08-08-20>**

- |                |                |                |
|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 21 – A B C D E | 41 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 22 – A B C D E | 42 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 23 – A B C D E | 43 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 24 – A B C D E | 44 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 25 – A B C D E | 45 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 26 – A B C D E | 46 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 27 – A B C D E | 47 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 28 – A B C D E | 48 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 29 – A B C D E | 49 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 30 – A B C D E | 50 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 31 – A B C D E | 51 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 32 – A B C D E | 52 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 33 – A B C D E | 53 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 34 – A B C D E | 54 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 35 – A B C D E | 55 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 36 – A B C D E | 56 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 37 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 38 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 39 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 40 – A B C D E | 60 – A B C D E |

**PORTUGUÊS**

Adriana Figueiredo

Beira-mar

Quase fim de longa tarde de verão. Beira do mar no Aterro do Flamengo próximo ao Morro da Viúva, frente para o Pão de Açúcar. Com preguiça, o sol começava a esconder-se atrás dos edifícios. Parecia resistir ao chamado da noite. Nas pedras do quebra-mar caniços de pesca moviam-se devagar, ao lento vai e vem do calmo mar de verão. Cercados por quatro ou cinco pescadores de trajas simples ou ordinários, e toscas sandálias de dedo.

Bermuda bege defino brim, tênis e camisa polo de marcas célebres, Ricardo deixara o carro em estacionamento de restaurante nas imediações. Nunca fisgava peixe ali. Olhado com desconfiança. Intruso. Bolsa à tiracolo, balde e vara de dois metros na mão. A boa técnica ensina que o caniço deve ter no máximo dois metros de oitenta centímetros para a chamada pesca de molhes, nome sofisticado para quebra-mar. Ponta de agulha metálica para transmitir à mão do pescador maior sensibilidade à fisgada do peixe. É preciso conhecimento de juiz para enganar peixes.

Há uma dezena de metros, olhos curiosos viam o intruso montar o caniço. Abriu a bolsa de utensílios. Entre vários rolos de linha selecionou os de espessura entre quinze e dezoito centésimos de milímetro, ainda fiel à boa técnica.

- Na nossa profissão vivemos sempre preocupados e tensos: abertura do mercado, sobe e desce das cotações, situação financeira de cada país mundo afora. Poucas coisas na vida relaxam mais do que pescaria, cheiro de mar trazido pela brisa, e a paisagem marítima - costuma confessar Ricardo na roda dos colegas da financeira onde trabalha.

LOPES, L. **Nós do Brasil**. Rio de Janeiro: Ponteio. 2015, p.101. Adaptado

**01.** Infere-se do primeiro parágrafo do texto que a paisagem era:

- a) tranquila
- b) agitada
- c) deprimente
- d) mal conservada
- e) nostálgica

**02.** Infere-se da leitura do texto que para Ricardo a pescaria é

- a) uma atividade profissional, já que ele utiliza técnicas e equipamentos de qualidade.
- b) um hobby, uma atividade para relaxar, em contraponto à tensa rotina de juiz.
- c) uma atividade secundária do seu verdadeiro hobby: a navegação, na qual se pode sentir o cheiro do mar trazido pela brisa.
- d) um hobby, uma atividade relaxante, em contraponto à tensa rotina da financeira onde trabalha.
- e) uma atividade inédita, já que era a primeira vez que o fazia.

**03.** Segundo o texto, um outro nome, mais sofisticado, para quebra-mar é:

- a) beira-mar
- b) pír
- c) molhe
- d) caniço
- e) corta-mar

**04.** *“Por outro lado, se o Estado reduzisse a tributação de determinado setor da economia, os custos desse setor diminuiriam, o que possibilitaria a queda dos preços de seus produtos e poderia gerar **um crescimento das vendas**”*

A correção gramatical e os sentidos do texto seriam preservados caso os trechos destacados fossem substituídos, respectivamente, por:

- a) **Contudo e uma elevação**
- b) **Ainda que e uma disseminação**
- c) **Além disso e um progresso**
- d) **Tal que e um aumento**
- e) **Porém e um amadurecimento**

05. Antenor saía para o trabalho, os filhos saíram para escola e Eurídice ficava em casa moendo carne e remoendo os pensamentos estéreis que faziam da sua vida infeliz. Ela não tinha emprego, ela já tinha ido para a escola, e como preencher as horas do dia depois de arrumar as camas, regar as plantas, varrer a sala, lavar a roupa, temperar o feijão, refogar o arroz, preparar o suflê e fritar os bifês? Porque Eurídice, vejam vocês, era uma mulher brilhante. Se lhe dessem cálculos elaborados, ela projetaria pontes. Se lhe dessem um laboratório, ela inventaria vacinas. Se lhe dessem páginas brancas, ela escreveria clássicos. No entanto, o que lhe deram foram cuecas sujas, que Eurídice lavou muito rápido e muito bem, sentando-se em seguida no sofá, olhando as unhas e pensando no que deveria pensar. E foi assim que concluiu que não deveria pensar, e que, para não pensar, deveria manter ocupada todas as horas do dia, e que a única atividade caseira que oferecia a tal benefício era aquela que apresentava o dom de ser quase infinita em suas demandas diárias: a culinária. Eurídice Jamais seria uma engenheira, nunca poria os pés em um laboratório e não ousaria escrever versos, mas essa mulher se dedicou à única atividade permitida que tinha um certo quê engenharia, ciência e poesia.

Com relação às propriedades linguísticas do texto, julgue os itens a seguir.

I Nos trechos “arrumar as camas, regar as plantas, varrer a sala, lavar a roupa” e “Se lhe dessem um laboratório, ela inventaria vacinas”, as vírgulas foram empregadas pelo mesmo motivo;

II A supressão da vírgula em “cuecas sujas, que Eurídice lavou muito rápido e muito bem” prejudicaria o sentido original, mas não a correção do texto;

III As vírgulas empregadas em “Porque Eurídice, vejam vocês, era uma mulher brilhante” poderiam ser substituídas por travessões, sem prejuízo à correção do texto;

IV Seriam mantidos a correção e o sentido original do texto, caso uma vírgula fosse inserida depois de “aquela” em “a única atividade caseira que oferecia tal benefício era aquela que apresentava o dom de ser quase infinita em suas demandas diárias”.

Estão certos apenas o(s) item(ns)

- a) I, II e III
- b) II e IV
- c) II e III
- d) I, III e IV
- e) I e IV

06. O que faz com que a memória se torne seletiva não é o mundo atual, informatizado, rápido e denso em suas informações. **Ela o** é por definição, já que sua porta de entrada é um funil poderoso: a atenção, que concentra todo o poder operacional do cérebro sobre uma coisa só aquela que for julgada a mais importante no momento.

No texto, os pronomes em destaque “Ela” e “o”, referem-se, respectivamente a:

- a) seletiva e mundo atual
- b) memória e informatizado
- c) memória seletiva e informatizado
- d) atenção e memória
- e) memória e seletiva

07. Informações genéricas sobre a origem do ato de votar encontram-se no campo da história política. Remonta a origem do voto aos tempos mais remotos, à escolha de chefes militares das comunidades primitivas por meio da aclamação dos guerreiros, então os únicos eleitores.

No texto, o emprego do sinal indicativo de crase decorre

- a) da regência do verbo “escolher”.
- b) da regra de acentuação de palavras monossílabas.
- c) da presença de expressão adverbial com nome feminino.
- d) da regência do nome “origem”.
- e) da regência do verbo “remontar”.

**08.** Até meados da década de 90 do século XX, ainda na era da cédula de papel, a apuração geralmente era feita em ginásios esportivos e **durava** muitos dias. As pessoas que tiveram a oportunidade de ver uma dessas apurações devem se lembrar das fases da contagem de votos. Inicialmente, **os votos** em branco eram carimbados para evitar que eles fossem preenchidos de maneira fraudulenta durante o cômputo. Os votos nulos eram separados em uma pilha específica. Depois de contados **os votos**, os boletins de cada urna eram preenchidos e enviados para níveis superiores de apuração e totalizados. Hoje os poderosos computadores da justiça eleitoral em Brasília são capazes de proclamar, em poucas horas, quais foram, entre os milhares de candidatos, os eleitos.

Com relação às propriedades linguísticas do texto, julgue os itens a seguir.

- I. Em “a apuração geralmente era feita em ginásios esportivos e **durava** muitos dias” a forma verbal em destaque pode ser substituída por “duravam” sem prejuízo de sentido e de correção ao texto original.
- II. Em “**os votos** em branco eram carimbados” o termo em destaque pode ser substituído por “as cédulas” sem prejuízo de sentido, mas levando à incorreção do texto.
- III. Em “Depois de contados **os votos**, os boletins de cada urna... totalizados” o termo destacado pode ser suprimido sem prejuízo à correção e ao sentido do texto.

Estão certos apenas o(s) item(ns)

- a) I  
b) I e II  
c) II  
d) III  
e) II e III

**09.** Sem a invenção dos caracteres móveis de imprensa, no século XV, **seria** impossível haver jornais

No texto, com o emprego da forma verbal “seria”, exprime-se

- a) ação inacabada ocorrida no passado  
b) a anterioridade de uma ação em relação a outra.  
c) uma ação hipotética que poderia ter ocorrido posteriormente a outra situação passada  
d) uma ação no passado, já concluída.  
e) ordem ou pedido

**10.** O Brasil é um país de cidades novas. A maior parte de seus núcleos urbanos surgiu no século passado. Há cidades, entretanto, que já existem há bastante tempo. Contemporâneas dos primeiros tempos da colonização, algumas delas já ultrapassaram inclusive a marca do quarto centenário.

Assinale a opção de reescrita dos dois primeiros períodos do trecho em que o sentido e a correção do texto original não seriam mantidos.

- a) O Brasil é um país de cidades novas: a maior parte de seus núcleos urbanos surgiu no século passado.  
b) O Brasil é um país de cidades novas, já que o maior parte de seus núcleos urbanos surgiu no século passado.  
c) O Brasil é um país de cidades novas, apesar de a maior parte de seus núcleos urbanos surgiu no século passado.  
d) O Brasil é um país de cidades novas, porque a maior parte de seus núcleos urbanos surgiu no século passado.  
e) O Brasil é um país de cidades novas, uma vez que a maior parte de seus núcleos urbanos surgiu no século passado.

**LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)****Marcos Girão**

11. Quanto à divisão territorial, de acordo com a LODERJ, é incorreto afirmar que:

- a) O território do Estado, para efeito da administração do Poder Judiciário, divide-se em Regiões Judiciárias, Comarcas, Distritos, Subdistritos, Circunscrições e Zonas Judiciárias.
- b) Cada Comarca compreenderá um ou mais Municípios, desde que contíguos.
- c) As Regiões Judiciárias serão integradas por grupos de Comarcas ou Varas, conforme resolução do Tribunal de Justiça.
- d) A criação de Varas, Juizados e Fóruns Regionais será feita, exclusivamente, por transformação, quando se verificar a necessidade de readequação das competências da Comarca, sendo possível a desinstalação de Varas e Juízos para posterior transformação em novas Varas, Juízos ou Juizados.
- e) A competência dos Juízos das Varas Regionais, fixada pelo critério funcional-territorial, é de natureza absoluta.

12. Analise as assertivas abaixo sobre a Corregedoria-Geral da Justiça, segundo a LODERJ:

- I. A Corregedoria Geral da Justiça, órgão de planejamento, supervisão, coordenação, orientação, disciplina e fiscalização das atividades administrativas e funcionais da Primeira Instância do Poder Judiciário e dos Serviços Notariais e Registrars, é exercida pelo Desembargador Corregedor-Geral da Justiça.
- II. A Correição Geral, observado calendário organizado pela Corregedoria Geral da Justiça, será realizada anualmente pelos Magistrados nas serventias a eles diretamente subordinadas, e, nas demais serventias, pelos Juízes especialmente designados pelo Corregedor-Geral da Justiça.
- III. Ao Corregedor-Geral incumbe substituir o 2º Vice-Presidente, sem prejuízo de suas atribuições próprias.

Marque a alternativa correta.

- a) I, II e III.
- b) II e III.

c) II, apenas.

d) I, apenas.

e) I e II.

13. Em relação à carreira, conforme a Lei estadual n.º 4.620/2005, marque a alternativa incorreta:

- a) As carreiras de Analista Judiciário e Técnico de Atividade Judiciária constituem-se dos cargos de provimento efetivo, com a mesma denominação, cuja estrutura, dividida em classes e padrões, em áreas distintas de atividade.
- b) As atribuições dos cargos, nas áreas de atividade, serão descritas em Resolução, bem como a distribuição de vagas do Quadro Único de Pessoal, observadas as atribuições específicas dos cargos anteriormente ocupados, sem prejuízo de seu novo enquadramento.
- c) As áreas de atividade estabelecidas pelo Regulamento poderão comportar grupos e especialidades.
- d) A chefia de serventia judicial de primeira instância é função de confiança de livre indicação do magistrado titular, dentre os ocupantes de cargo de Analista Judiciário ou Técnico de Atividade Judiciária, sem especialidade, comprovadamente capacitados para a função e que não tenham desabonadoras em sua folha funcional, na forma de Resolução a ser estabelecida pelo Conselho da Magistratura.
- e) Ao servidor que se encontrar na direção de serventias de Juízo e de Juizados Especiais é conferida a denominação funcional de Chefe de Serventia.

**LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)****Fabiano Pereira**

14. Aponte a afirmativa correta sobre o Decreto-Lei nº 220/1975, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.

- a) Poderá ser concedida licença para tratamento de saúde, com vencimento e vantagens, pelo prazo máximo de 36 (trinta e seis) meses.
- b) Poderá ser concedida licença por motivo de doença em pessoa da família, com vencimento e vantagens integrais nos primeiros 12 (doze) meses; e, com dois terços, por outros 12 (doze) meses, no máximo.
- c) O vencimento e as vantagens pecuniárias do funcionário não serão objeto de penhora, mesmo que se trate de prestação de alimentos.
- d) Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o funcionário estável será posto em disponibilidade, com direito à percepção de 60% dos proventos.
- e) Perderá a estabilidade já adquirida o funcionário que se desvincular de um cargo público do Estado do Rio de Janeiro ou de suas autarquias para investir-se em outro.

**LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)****Tiago Zanolla**

15. Segundo o Regimento Interno do TJ-RJ, não compete ao Conselho da Magistratura:

- a) exercer superior inspeção e manter a disciplina na Magistratura, determinando correções e sindicâncias;
- b) velar pela conduta dos Magistrados, exigindo-lhes a observância das obrigações estabelecidas em lei e dos deveres inerentes ao cargo;
- c) promover as medidas de ordem administrativa necessárias à instalação condigna dos serviços judiciários e seu funcionamento;
- d) determinar, mediante portaria, as medidas necessárias ao funcionamento da Justiça, ao seu prestígio e à disciplina forense;
- e) ordenar correção geral, permanente ou periódica, expedindo as instruções necessárias para a execução pela Corregedoria Geral de Justiça;

16. Segundo o Regimento Interno do TJ-RJ, conhecer de recurso contra ato praticado em processo administrativo pelo Presidente de que não caiba recurso específico cabe ao

- a) Tribunal Pleno
- b) Órgão Especial
- c) Conselho da Magistratura
- d) Corregedor-Geral da Justiça
- e) Turma Recursal

17. Com base no disposto na Consolidação Normativa Judicial, julgue os itens a seguir acerca das Cartas Precatórias

- a) As cartas precatórias de caráter urgente poderão ser expedidas através E-mail, trasladando-se as peças necessárias para sua instrução.
- b) Aquele que enviar ou receber a transmissão do fax é responsável pelo envio da cópia da certidão de recolhimento das custas, respondendo disciplinarmente pela falta.
- c) Como condição de cumprimento das deprecatas, as custas e despesas porventura devidas e pelos demais atos necessários àquele, seja no Juízo deprecante, seja no deprecado, serão posteriormente recolhidas na comarca onde se situe o primeiro, passando Chefe de Serventia a respectiva certidão, que discriminará as diversas parcelas integrantes do valor devido, à vista da guia de recolhimento, anexada aos autos principais.
- d) Por solicitação do juízo deprecado, ainda que procedida por via telefônica, quando necessário ou urgente, poderá ser transmitida, também por fax, pelo juízo deprecado, a comprovação do cumprimento da deprecata, bem como a certidão das custas e despesas acrescidas, se forem o caso.
- e) Tratando-se de Carta Precatória expedida por determinação do Juízo, deverá o Juiz de Direito certificar sua expedição, bem como, as custas devidas pela parte vencida para cobrança após o trânsito em julgado da decisão.

**18.** Com base no disposto na Consolidação Normativa Judicial, dispõe incorretamente acerca dos deveres do Chefe de Serventia

- a) zelar pela realização das audiências, pela regularidade dos livros e pelo fiel cadastramento das petições iniciais;
- b) prestar informações sobre o andamento dos processos ou designar servidor para fazê-lo, sendo vedada a prestação de informação por telefone ou por e-mail;
- c) providenciar a extração de cartas, formais, guias, ofícios e demais expedientes, nos termos da legislação em vigor;
- d) fazer afixar em local visível na serventia tabela de custas e valores;
- e) determinar ao Juiz, dentre os servidores da serventia, o seu substituto legal;

#### **DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

**Ricardo Torques**

**19.** O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) assegura atenção integral à saúde em todos os níveis de complexidade, por intermédio do SUS, garantido acesso universal e igualitário. De acordo com o Estatuto, pode-se afirmar que:

- a) Quando esgotados os meios de atenção à saúde no local de residência da pessoa com deficiência, resta garantido o atendimento fora do domicílio e, neste caso, é garantido o transporte e a acomodação apenas da pessoa com deficiência.
- b) Em caso de internação de pessoa com deficiência, mediante requerimento desta, será assegurado o direito a acompanhante ou atendente pessoal.
- c) Em nenhuma hipótese poderá ser vedada a permanência de acompanhante ou atendente pessoal junto à pessoa com deficiência.
- d) Os planos e seguros privados de saúde não podem cobrar valores diferenciados em razão da condição da pessoa com deficiência, sob pena de configurar discriminação.
- e) Para o Estatuto, considera-se violência contra a pessoa com deficiência toda e qualquer ação praticada em local público ou privado, que lhe cause

morte, dano, sofrimento físico ou psicológico. As omissões não são abrangidas pela lei.

#### **ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO**

**Fabiano Pereira**

**20.** De acordo com a Lei nº 8.429/1922, a aplicação das sanções previstas por esta lei

- a) não se dará caso as contas sejam aprovadas pelo Tribunal de Contas respectivo.
- b) independe da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.
- c) se efetivará apenas após a rejeição de contas feita pelo Tribunal de Contas e pelo órgão de controle interno.
- d) se efetivará apenas após a prestação de contas.
- e) depende da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno.

#### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

**Fabiano Pereira**

**21.** No que se refere aos atos administrativos, é correto afirmar que

- a) o ato declaratório é aquele que afirma a existência de um fato ou de uma situação jurídica anterior a ele, podendo criar uma situação jurídica.
- b) os atos praticados por um servidor, por possuírem presunção de legitimidade, não são suscetíveis de questionamento.
- c) em decorrência da presunção de veracidade, todos os fatos alegados pela administração pública são considerados verdadeiros.
- d) no momento de exarar um ato, o administrador não pode afastar os seus requisitos, que são a finalidade, a competência, a forma, a legalidade e a impessoalidade.
- e) um ato administrativo eivado de vício de legalidade poderá ser revogado pelo Poder Judiciário.



**22.** Doquinha, servidor até então em disponibilidade, reingressou em um cargo de natureza e padrão de vencimento correspondentes ao que ocupava no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Neste caso, ocorreu o (a) denominado (a)

- a) remoção.
- b) readaptação.
- c) recondução.
- d) aproveitamento.
- e) redistribuição.

**23.** Coxinha, que é proprietário de um mercadinho e Realengo, por descuido deixou que algumas mercadorias passassem do prazo de validade. Acontece que o referido mercado é fornecedor de merenda escolar, e algumas dessas mercadorias acabaram sendo entregues para as escolas. Diante do exposto, a apuração e a aplicação de eventual sanção se darão por meio do poder

- a) de polícia.
- b) judiciário.
- c) regulamentar.
- d) normativo.
- e) disciplinar.

**24.** No que se refere à licitação, pode-se afirmar que na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendidos alguns requisitos específicos, a licitação será:

- a) Dispensável.
- b) Recusável.
- c) Inexigível.
- d) Impossível.
- e) Dispensada.

**25.** Acerca da modalidade licitatória pregão, é correto afirmar que

- a) só se aplica à União.
- b) é proibida a exigência de garantia de proposta, bem como a obrigatoriedade de aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participar do processo.
- c) visando dar mais eficiência e celeridade ao processo, não é permitida a inversão das fases licitatórias.
- d) para a escolha do vencedor poderá ser utilizado o critério de menor preço ou técnica e preço.
- e) a fixação dos prazos para o fornecimento dos bens se dará após a convocação do vencedor do certame.

**26.** Julgue as assertivas a seguir sobre o controle da Administração Pública e, em seguida, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) Uma das formas de controle da administração pública é o controle judicial, mas este só recai sobre a legalidade dos atos da administração pública.
- b) O controle finalístico se aplica quando a Administração direta o exerce sobre a Administração indireta, para evitar que esta fuja das finalidades para qual foi criada.
- c) Qualquer pessoa é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato de autoridade autárquica lesivo ao patrimônio público.
- d) O controle financeiro do Poder Executivo e do Poder Judiciário será exercido pelo Poder Legislativo.
- e) O controle interno de cada Poder poderá agir de ofício ou por provocação de terceiros, mesmo não sendo agente público.

27. Assinale a assertiva correta sobre a organização da Administração Pública

- a) Na descentralização administrativa, há divisão de competências dentro da estrutura da entidade pública com atribuição para desempenhar determinada função.
- b) Após a criação de fundações públicas de direito público, por meio de lei, se faz necessária a inscrição de seus atos constitutivos em registro civil de pessoas jurídicas.
- c) Ao contrário das sociedades de economia mista, que podem ser constituídas sob qualquer forma empresarial admitida em direito, as empresas públicas somente podem constituir-se sob a forma de sociedade anônima.
- d) A autorização legislativa para a criação de fundações públicas de direito privado é suficiente para que esse ente adquira a personalidade jurídica de direito privado.
- e) A criação de uma sociedade de economia mista e de uma empresa pública é uma forma de descentralização por meio da qual se transfere determinada atividade administrativa para outra pessoa jurídica integrante do aparelho estatal.

28. Sobre a responsabilidade civil do estado pode-se afirmar corretamente que

- a) as prestadoras de serviços públicos respondem objetivamente pelos danos que seus agentes causarem a terceiro, desde que este seja usuário do serviço.
- b) as prestadoras de serviços públicos respondem objetivamente pelos danos que seus agentes causarem a terceiro, desde que fique comprovada a culpa do agente.
- c) as prestadoras de serviços públicos respondem subjetivamente pelos danos que seus agentes causarem a terceiro, desde que fique comprovado o dolo do agente.
- d) as prestadoras de serviços públicos respondem objetivamente pelos danos que seus agentes causarem a terceiro, mesmo não usuário do serviço.

- e) as prestadoras de serviços públicos não respondem pelos danos que seus agentes causarem a terceiro, ficando a responsabilidade a cargo da Administração direta.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

**Nelma Fontana**

29. A respeito da repartição de competência legislativa, aponte a alternativa em que consta o assunto sobre o qual os Estados só poderão legislar sobre partes específicas e se houver lei complementar federal que autorize.

- a) naturalização.
- b) orçamento.
- c) juntas comerciais.
- d) ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.
- e) proteção à infância e à juventude.

30. A respeito de conceito, elementos e formação de Estado, forma de Estado, sistema de governo e forma de governo, indique a única resposta INCORRETA.

- a) Em uma República, o governante deve ser eleito diretamente pelo povo.
- b) A forma federativa de Estado, no Brasil, constitui limitação material expressa ao poder de reforma da Constituição e não pode ser abolida nem mesmo por emenda à Constituição.
- c) Em decorrência do sistema presidencialista de governo, no Brasil, o Presidente da República acumula as funções de chefe de Estado e chefe de governo.
- d) Em uma federação, a organização político-administrativa do Estado é descentralizada, de maneira que, no caso brasileiro, União, Estados, Distrito Federal e Municípios são autônomos, não havendo nenhum tipo de hierarquia entre os entes.
- e) A República não foi consagrada expressamente pela Constituição Federal de 1988 como cláusula pétrea.

**31.** Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre:

- a) iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares.
- b) subsídio para os Deputados Federais e os Senadores.
- c) autorização de operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- d) a mudança temporária da sede do Legislativo.
- e) concessão de anistia.

**32.** A respeito das Súmulas Vinculantes e da competência do Supremo Tribunal Federal, aponte a alternativa correta.

- a) Podem propor Súmula Vinculante os que podem propor ação direta de inconstitucionalidade, além de outros autorizados por lei infraconstitucional.
- b) A Súmula Vinculante, a partir de sua publicação na imprensa oficial, vincula aos demais órgãos do Poder Judiciário, ao Executivo, ao Legislativo e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- c) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de três quintos dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula vinculante, para dirimir controvérsia a respeito de determinada matéria.
- d) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, em recurso ordinário, mandado de segurança julgado pelo Superior Tribunal de Justiça em última instância.
- e) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, o crime político.

**33.** Determinado deputado apresentou um projeto de lei para reduzir a alíquota de imposto de renda. O projeto foi votado em um único turno na Câmara dos Deputados, tendo atingido 230 votos favoráveis. Registraram presença na sessão 415 deputados federais. Seguiu para o Senado e foi votado também em um turno, com 49 votos favoráveis. Em seguida, o Presidente da República, no décimo dia útil do recebimento, vetou o projeto

por vício de iniciativa, sob alegação de que projeto de lei sobre matéria tributária é de sua iniciativa privativa. A respeito do assunto, indique a alternativa INCORRETA.

- a) Como o projeto de lei foi de iniciativa de deputado federal, a Casa Iniciadora, necessariamente, teria que ser a Câmara dos Deputados.
- b) O quórum exigido para aprovar lei ordinária é o de maioria simples, razão pela qual o projeto foi regularmente aprovado nas duas Casas Legislativas.
- c) O Presidente da República tem quinze dias úteis para sancionar ou vetar projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional.
- d) A Constituição Federal, diferente do que se dá no processo legislativo das emendas, fixou um único turno, em cada Casa Legislativa, para votação de projetos de lei.
- e) Projeto de lei sobre matéria tributária é da iniciativa privativa do Presidente da República, motivo pelo qual o veto foi acertado, dado o vício formal de iniciativa.

**34.** A respeito dos Municípios, indique a única alternativa incorreta.

- a) O Município é autônomo e se organiza por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- b) O Município de Santo André tem 572 mil eleitores e elegerá, em 2020, Prefeito e Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo. Conforme definição constitucional, na eleição do Prefeito, se nenhum candidato obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos, haverá segundo turno de votação.
- c) Nenhum Município brasileiro poderá eleger menos do que nove e nem mais do que cinquenta e cinco vereadores.
- d) A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.
- e) Diferente do que ocorre nos Estados e no distrito Federal, a Constituição Federal veda a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

35. A Constituição Federal proíbe o tratamento diferenciado entre brasileiros natos e naturalizados, exceto os casos que prevê taxativamente em seu texto. Dentre tais diferenças estão cargos privativos de brasileiros natos. A respeito do tema, indique a alternativa em os dois cargos devem ser privativos de brasileiros natos.

- a) Presidente do Senado Federal e Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- b) Deputados Federais e Vice-Presidente da República.
- c) Governador de Estado e Presidente da República.
- d) General do Exército e Ministro de Estado da Defesa.
- e) Carreira diplomática e Ministro da Justiça e Segurança Pública.

36. São direitos sociais elencados expressamente na Constituição Federal:

- a) Educação, saúde, moradia e propriedade.
- b) Lazer, trabalho, transporte e alimentação.
- c) Previdência social, assistência aos desamparados, educação e liberdade de crença religiosa.
- d) Trabalho, segurança, propriedade e liberdade de associação.
- e) Proteção à maternidade e à infância, lazer, moradia e liberdade de reunião.

### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**Ricardo Torques**

37. O Código de Processo Civil prevê algumas situações que autorizam a suspensão processual. Sobre o tema, é correto que:

- a) o processo poderá ser suspenso por prazo indeterminado quando houver convenção das partes nesse sentido.
- b) haverá suspensão processual quando arguido o impedimento ou a suspeição do magistrado.
- c) no caso de parto ou concessão de adoção, a advogada responsável pelo processo, quando única patrona da causa, fará jus à suspensão de 120 (cento e vinte) dias, a título de licença-maternidade.

d) haverá suspensão processual quando arguido o impedimento ou a suspeição do magistrado ou do membro do Ministério Público.

e) durante a suspensão processual, é vedado praticar qualquer ato, inclusive os reputados urgentes.

38. A improcedência liminar do pedido será possível em causas que dispensem a fase instrutória e ocorre antes mesmo da citação do réu. Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) o pedido será julgado improcedente liminarmente quando contrariar enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, não abrangendo os demais tribunais superiores.
- b) o juiz julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar entendimento manifestado pelo STF em recurso extraordinário.
- c) o juiz julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar entendimento firmado pelo STJ em recurso especial.
- d) a ocorrência prescrição e a decadência não são razões para a improcedência liminar do pedido.
- e) da sentença caberá apelação, mas não há juízo de retratação.

39. Quando o prévio conhecimento dos fatos puder justificar ou evitar o ajuizamento da ação, a produção antecipada da prova será admitida. Nesse caso:

- a) a produção antecipada da prova previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.
- b) a competência sempre será do foro de domicílio do réu, como ocorre com as ações fundadas em direito real sobre bens móveis.
- c) quando a antecipação for requerida em face da União, deverá ser produzida exclusivamente em vara federal, sendo vedada sua produção no juízo estadual.
- d) após a produção da prova, o juiz deverá pronunciar-se sobre a ocorrência ou in ocorrência do fato.

e) no procedimento de produção antecipada de prova não será admitida defesa ou recurso, salvo quando a decisão indeferir totalmente a produção pleiteada pelo requerente originário.

**40.** A inspeção judicial é uma espécie de prova prevista pelo Código de Processo Civil. Sobre referido meio de prova, é correto que:

- a) só poderá ser realizada *ex officio* pelo magistrado.
- b) é cabível apenas na fase de conhecimento do processo.
- c) poderá ser realizada *ex officio* ou a requerimento da parte e em qualquer fase do processo.
- d) as partes têm direito a assistir à inspeção, mas sem participar ativamente.
- e) ao realizar a inspeção, o juiz poderá ser assistido por peritos, mas não há previsão de instrução do auto circunstanciado com desenhos, gráficos ou fotografias.

**41.** O Código de Processo Civil define a coisa julgada material como a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) Só haverá coisa julgada quando a decisão julgar totalmente o mérito da causa.
- b) A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida.
- c) Fazem coisa julgada os motivos e a verdade dos fatos.
- d) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada e poderá prejudicar terceiros.
- e) O Código de Processo Civil permite que seja formada coisa julgada material em relação às questões prejudiciais, ainda que haja restrições probatórias ou limitações à sua cognição.

**42.** Sobre as disposições gerais, comuns a todos os recursos, assinale a alternativa correta:

- a) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, independentemente dos interesses apresentados.

b) Em caso de solidariedade passiva, o recurso interposto por um devedor sempre aproveitará aos outros devedores.

c) Após o trânsito em julgado, com menção expressa da data de sua ocorrência, o tribunal deverá proferir despacho determinando a baixa dos autos ao juízo de origem.

d) No ato de interposição recursal, o recorrente comprovará o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção. Havendo insuficiência no valor do preparo, o relator considerará o recurso deserto.

e) Excepcionalmente, o relator poderá relevar a pena de deserção e, nesse caso, fixará prazo de 5 (cinco) dias para que o recorrente efetue o preparo.

**43.** O agravo de instrumento é cabível contra decisões interlocutórias que versem sobre tutelas provisórias, mérito do processo, rejeição da alegação de convenção de arbitragem e outras hipóteses. Com base no Código de Processo Civil, pode-se afirmar:

- a) O agravo de instrumento é cabível contra a decisão interlocutória que acolhe ou rejeita o pedido de gratuidade da justiça, bem como contra a decisão que acolhe o pedido de revogação de gratuidade.
- b) Caberá agravo de instrumento contra a decisão interlocutória que acolhe ou rejeita o pedido de limitação do litisconsórcio.
- c) O agravo de instrumento é espécie recursal cabível contra decisões interlocutórias proferidas no processo de execução e no processo de inventário.
- d) O agravo de instrumento será dirigido ao juízo prolator da decisão agravada, por meio de petição com os nomes das partes, a exposição do fato e do direito, as razões do pedido de reforma ou de invalidação da decisão e o próprio pedido, além do nome e o endereço completos dos advogados constantes do processo.
- e) Se o agravo de instrumento for interposto por sistema de transmissão de dados tipo fac-símile, o agravante está dispensado de apresentar as peças posteriormente.

44. Os embargos de declaração devem ser opostos contra decisão judicial que apresente obscuridade, contradição, omissão ou erro material. Sobre essa espécie recursal, pode-se afirmar que:

- a) Os embargos de declaração são dotados, em regra, de efeito devolutivo e suspensivo.
- b) Os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição do recurso.
- c) Os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição recursal.
- d) Quando manifestamente protelatórios os embargos de declaração, o juiz ou o tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a dez por cento sobre o valor atualizado da causa.
- e) Em caso de reiteração de embargos de declaração protelatórios, a multa será elevada a até vinte por cento sobre o valor atualizado da causa e a interposição de qualquer recurso ficará condicionada ao depósito prévio do valor da multa, exceto no caso da Fazenda Pública e do beneficiário de gratuidade da justiça, que deverão recolher ao final.

### DIREITO PROCESSUAL PENAL

Luciana Peixoto

45. A ação penal tem fundamento constitucional no art. 5º, inciso XXXV, que estabelece o princípio da inafastabilidade da jurisdição, constituindo-se em direito fundamental. Sobre a ação penal marque a alternativa incorreta.

- a) Se o tipo penal não fizer menção à espécie de ação penal, entende-se que o crime está submetido à ação penal pública incondicionada, cujo titular privativo é o Ministério Público.
- b) Nos crimes contra a honra de funcionário público praticado no exercício da função, existe legitimidade concorrente do próprio funcionário público para ingressar com ação penal privada e do Ministério Público para oferecer ação penal pública condicionada a representação.
- c) Nos crimes de ação penal privada, qualquer do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, fornecendo por escrito informações sobre

o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

- d) A queixa poderá ser aditada pelo Ministério Público no prazo de 3 dias, ainda que a ação penal for privativa do ofendido.
- e) O perdão é a desistência da demanda que somente pode ocorrer quando a ação já estiver iniciada e depende de aceitação do agressor.

46. Encerrada a instrução probatória, se o juiz entender cabível nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação, deverá:

- a) Oportunizar ao Ministério Público o aditamento da denúncia ou queixa no prazo de 5 dias, instituto conhecido como *mutatio libelli*.
- b) Oportunizar ao Ministério Público o aditamento da denúncia ou queixa no prazo de 5 dias, instituto conhecido como *emendatio libelli*.
- c) De ofício atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave, instituto conhecido como *mutatio libelli*.
- d) Oportunizar que as partes em 2 dias, peça que o juiz declare a sentença por desacordo com a inicial.
- e) Oportunizar ao Ministério Público o aditamento da denúncia ou queixa no prazo de 3 dias, instituto conhecido como *mutatio libelli*.

47. O Inquérito Policial é o instrumento de investigação criminal da polícia judiciária. Sobre tal procedimento administrativo é correto afirmar que:

- a) A autoridade policial poderá instaurar inquérito policial de ofício nos crimes cuja ação penal seja de iniciativa privada.
- b) Para a garantia da preservação do princípio da presunção de inocência, as informações relativas à vida pregressa do indiciado, sob o ponto de vista individual, familiar ou social, não devem ser juntadas no inquérito policial.
- c) A *notitia criminis* apócrifa de crime grave, por si só, impõe a instauração direta de inquérito policial pela Autoridade Policial, para que posteriormente seja feita a verificação se a notícia é materialmente verdadeira.

d) O despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito é irrecorrível.

e) A competência da polícia judiciária, exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições, de apuração das infrações penais e da sua autoria não excluirá a de outras autoridades administrativa, a quem, por lei, seja cometida a mesma função.

**48.** Assinale a alternativa correta sobre os dispositivos do Código de Processo Penal que regulamentam o procedimento comum.

a) A contravenção penal que viola bens, serviços e interesse da União será julgada no juizado especial criminal federal.

b) O procedimento será comum sumário quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.

c) A infração de menor potencial ofensivo seguirá o rito sumário se o réu não for encontrado para ser citado.

d) Se a infração penal de menor potencial ofensivo tiver procedimento especial estabelecido em lei especial, este deverá ser aplicado, em detrimento do rito sumaríssimo.

e) O procedimento comum sumaríssimo é aplicado apenas aos crimes com pena máxima igual ou inferior a 2 anos.

**49.** O *Habeas Corpus* é o remédio constitucional a ser utilizado sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir. Sobre o referido instrumento, assinale a alternativa incorreta.

a) Será considerada coação ilegal a ordem de restrição da liberdade de ir e vir emanada por pessoa incompetente de fazê-la.

b) O *habeas corpus* preventivo é utilizado para evitar ameaça de violência ou coação ilegal e, se concedido, dar-se-á ao paciente salvo-conduto assinado pelo juiz.

c) Os juízes e os tribunais não têm competência para expedir de ofício ordem de *habeas corpus*, quando no curso de processo verificarem que alguém sofre ou está na iminência de sofrer coação ilegal.

d) Não é obrigatória a assinatura de advogado na petição de *habeas corpus*, podendo ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, sem a necessidade de advogado, bem como o Ministério Público.

e) Após o recebimento da petição de *habeas corpus* de paciente preso, o juiz, se julgar necessário, mandará que este lhe seja imediatamente apresentado em dia e hora que designar.

**50.** Sobre a aplicação da lei processual penal no tempo e no espaço, marque a alternativa correta.

a) A lei processual penal entra em vigor e passa a ser aplicada imediatamente, atingindo inclusive o delito que já tenha sido cometido, devendo por isso serem revistos os atos praticados na vigência da lei anterior.

b) A lei processual penal que de qualquer modo favorece o agente deve ser aplicada de forma retroativa.

c) O processo penal rege-se, em todo o território brasileiro, pelo Código de Processo Penal, inclusive nos processos da competência da Justiça Militar.

d) Um tratado internacional regularmente vigente no ordenamento jurídico brasileiro pode conter norma processual penal, sendo aplicado em detrimento do Código de Processo Penal.

e) O princípio da extraterritorialidade se aplica como regra às normas de direito processual penal, podendo ser condicionada ou incondicionada.

**51.** A respeito das cautelares pessoais de restrição de liberdade é correto afirmar que:

a) A prisão preventiva e a prisão temporária são espécies de prisão cautelar e podem ser decretadas pelo juiz em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal.

b) A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

c) Os requisitos para decretação da prisão preventiva são: prova da existência do crime e provas irrefutáveis de autoria.

- d) A prisão preventiva será decretada pelo Juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- e) Será admitida prisão preventiva nos crimes culposos ou dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos.

**52.** Nos termos dos dispositivos legais que regem o procedimento especial do tribunal do júri, assinale a alternativa incorreta:

- a) O tribunal do júri é órgão heterogêneo, competente para julgar os crimes dolosos contra a vida, tentados ou consumados.
- b) Durante a fase de sumário de culpa, o prazo para encerramento do rito é de 90 dias.
- c) A sentença de impronúncia é passível de impugnação por meio de apelação.
- d) O desaforamento é o deslocamento de competência de uma comarca para a outra, possível de ocorrer por interesse da ordem pública, dúvida sobre a imparcialidade do júri ou a segurança pessoal do acusado e comprovado excesso de serviço, se o julgamento não puder ser realizado no prazo de 6 meses.
- e) Os Prefeitos Municipais e seus secretários estão isentos do serviço do júri.

## LEGISLAÇÃO

**Tiago Zanolla**

**53.** Jonas é Oficial de Justiça na comarca de Cabo Frio. Em cumprimento a determinado mandado, não encontrou o executado e efetivou o arresto de bens necessários para a garantia da execução.

Nesse contexto, segundo a Consolidação Normativa Judicial,

- a) Nos 10 dias seguintes à efetivação do arresto, Jonas procurará o executado 2 vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realizará a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido.

- b) Nos 5 dias seguintes à efetivação do arresto, Jonas procurará o executado 3 vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realizará a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido.

- c) Nos 15 dias seguintes à efetivação do arresto, Jonas procurará o executado 2 vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realizará a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido.

- d) Nos 30 dias seguintes à efetivação do arresto, Jonas procurará o executado 3 vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realizará a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido.

- e) Nas 24 horas seguintes à efetivação do arresto, Jonas procurará o executado 2 vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realizará a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido.

**54.** Segundo a Consolidação Normativa Judicial, os Juízos Cíveis, de Fazenda Pública, de Família, de Infância e Juventude, de Idoso, de Registros Públicos, Orfanológicos e Empresariais manterão atualizados, além dos livros de ponto, protocolo, remessa e os livros obrigatórios, os seguintes livros de folhas soltas, exceto

- a) vista de autos ao Ministério Público.
- b) vista de autos à Defensoria Pública.
- c) vista de autos às Procuradorias.
- d) vista de autos a advogados e peritos.
- e) vista de Escrivães Extrajudiciais

**55.** A inserção de dados no sistema informatizado oficial será a mais completa e abrangente possível, de modo que todas as ocorrências do processo físico constem do ambiente virtual, formando banco de dados que servirá de memória permanente.

Quanto a segurança de informação, segundo a Consolidação Normativa Judicial, é considerado imprescindível a seguinte anotação:

- a) usar corretamente os andamentos de conclusão ao Juiz Vinculado e ao Juiz Tabelar.



- b) incluir corretamente as sentenças, despachos e decisões, principalmente as decisões de recebimento de denúncia para cada parte.
- c) anotar as fases de execução e suspensão dos processos.
- d) usar os textos do sistema corretamente, não só o genérico.
- e) manter o cadastro de usuários da serventia atualizado.

**56.** Segundo a Consolidação Normativa Judicial, As Centrais e Núcleos de Arquivamento encaminharão à Divisão de Processamento Especial e Arquivamento – DIPEA, ligada à DGFAJ/CGJ, planilha consolidando dados até

- a) até o 1º dia de cada mês,
- b) até o 3º dia de cada mês
- c) até o 5º dia de cada mês
- d) até o 10º dia de cada mês
- e) até o 15º dia de cada mês

**57.** Segundo a Consolidação Normativa Judicial, sarqueamento

- a) É a consulta realizada ao Serviço de Arquivo (SARQ) da Polícia Interestadual (Polinter) para saber se o preso se encontra acautelado em razão de outros processos judiciais.
- b) É uma ordem expedida pela autoridade Judiciária para que o indivíduo encarcerado seja colocado imediatamente em liberdade.
- c) Expedição administrativa interna comunicando a soltura
- d) Consulta de ordem interna na Corregedoria-Geral da Justiça
- e) Ordem expedida pelo Chefe de Serventia para expedição de mandado.

**58.** Segundo a Consolidação Normativa Judicial, na excepcional hipótese de o Oficial de Justiça Avaliador não conseguir cumprir o Alvará de Soltura no dia em que o recebeu, deverá cumpri-lo,

- a) obrigatoriamente, no dia seguinte, no primeiro horário, independentemente de este dia desde que seja dia útil.
- b) obrigatoriamente, no dia seguinte, no primeiro horário, independentemente de este dia ser útil ou não.
- c) obrigatoriamente, em 48 horas, independentemente de este dia ser útil ou não.
- d) obrigatoriamente, em 48 horas, desde que sejam dias úteis.
- e) obrigatoriamente, dentro de 3 dias úteis.

**59.** Segundo a Consolidação Normativa Judicial, a consulta aos autos de processos em sede de Juizado Especial Cível fica limitada

- a) a 05 processos por advogado ou parte, por atendimento.
- b) a 04 processos por advogado ou parte, por atendimento.
- c) a 03 processos por advogado ou parte, por atendimento.
- d) a 02 processos por advogado ou parte, por atendimento.
- e) a 01 processo por advogado ou parte, por atendimento.

**60.** Segundo a Consolidação Normativa Judicial, o Chefe de Serventia ou servidor a sua ordem dará cumprimento à ordem legal do processo realizando, independentemente de despacho judicial

- a) providenciar a notificação da parte para constituir novo patrono em 10 dias, quando for noticiado nos autos ou no sistema informatizado o impedimento ou morte do respectivo procurador e não houver outorga de poderes a outro profissional.
- b) providenciar a notificação da parte para constituir novo patrono em 5 dias, quando for noticiado nos autos ou no sistema informatizado o impedimento ou morte do respectivo procurador e não houver outorga de poderes a outro profissional.

- c) providenciar a notificação da parte para constituir novo patrono em 3 dias, quando for noticiado nos autos ou no sistema informatizado o impedimento ou morte do respectivo procurador e não houver outorga de poderes a outro profissional.
- d) providenciar a notificação da parte para constituir novo patrono em 48 horas, quando for noticiado nos autos ou no sistema informatizado o impedimento ou morte do respectivo procurador e não houver outorga de poderes a outro profissional.
- e) providenciar a notificação da parte para constituir novo patrono em 24 horas, quando for noticiado nos autos ou no sistema informatizado o impedimento ou morte do respectivo procurador e não houver outorga de poderes a outro profissional.



# Estratégia

## Concursos

## Preencha o Gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TJRJ-Técnico-08-08-20>

### NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

### CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>